

ANÁLISE DA PROPOSTA DO PLANO ECONOMICO SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025 COM ENFOQUE NO SECTOR DA SAÚDE

Maputo, Maio de 2025

INTRODUÇÃO

O Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2025 é um documento que orienta a formulação e implementação das políticas públicas no primeiro ano de implementação do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2025-2029. Este documento define os principais objectivos e metas macroeconómicas, sociais e fiscais do Estado, projecta a arrecadação de receitas, estabelece a alocação estratégica de recursos para financiar as despesas públicas e apresenta as alternativas para o financiamento do défice orçamental.

A Proposta de PESOE para o ano de 2025 é elaborado num contexto marcada por grandes desafios. A nível nacional, a actividade económica tem sido afectada por uma multiplicidade de choques, destacando-se o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, o terrorismo que assola alguns distritos da província de Cabo Delgado, a tensão pós-eleitoral ocasionando perda de confiança pública e suspensão de projectos com investimento da USAID. No plano internacional, persistem incertezas associadas à tensão geopolítica, o agravamento das barreiras ao livre comércio e a volatilidade dos mercados financeiros.

Em particular, o sector da saúde enfrenta diversos desafios, dentre os quais, destaca-se a fraca cobertura da rede sanitária, com um rácio de US/10,000 habitantes de 0,57 contra o padrão de 2, para além de não dispor de condições básicas (RH, equipamento e medicamentos), existência de muitas políticas e estratégias orientadoras, fraca colaboração intersectorial, subfinanciamento crónico do sector de saúde, forte dependência externa, sobretudo de fundos verticais e deficiente funcionamento da cadeia logística de medicamentos e artigos médicos.

É dentro deste contexto que o executivo pretende na área da Saúde, garantir a disponibilidade de medicamentos para as principais doenças nas unidades sanitárias, oferecer o Pacote de Intervenções de Nutrição (PIN) a crianças menores de 2 anos de idade, modernizar os serviços de imagiologia com 29 aparelhos de Raio-X fixos nas unidades sanitárias, formar 1000 novos agentes polivalentes de saúde e contratar, vacinar 1,103,912 crianças, no âmbito da Cobertura de Crianças menores de um ano Completamente Vacinadas (CCV).

Tendo em atenção os aspectos acima e outros específicos do contexto moçambicano, este documento pretende analisar a Proposta do PESOE para o ano de 2025 com particular enfoque no Sector da Saúde.

PRINCIPAIS CONTATAÇÕES DA ANÁLISE A PROPOSTA DE PESOE 2025 SECTOR DA SAÚDE

NÍVEIS DE PRIORIZAÇÃO NAS ALOCAÇÕES ORÇAMENTAIS

- A Proposta de PESOE 2025 prevê priorização pelo Governo nos sectores da Educação, Saúde, Agricultura e Desenvolvimento Rural da alocação orçamental por sector em percentagem da despesa, com vista alcançar compromissos internacionais em atingir metas de 20%, 15% e 10% respectivamente, e deste modo contribuir para a melhoria de qualidade de vida, promover a expansão da rede escolar e sanitária e reduzir o volume de importação de alimentos.
- De 2001 a 2024, o **governo não conseguiu alocar os 15% do Orçamento do Estado para o sector de saúde** preconizados pela declaração de Abuja. Além disso, nos últimos dois anos, o nível de priorização da despesa do sector da saúde em relação à **despesa total evoluiu negativamente, saindo de 11% para 10%, de 2023 para 2024**. Isto indica que, no longo prazo, as perspectivas de melhoria do sistema de saúde estão comprometidas devido ao subfinanciamento.
- Uma análise ao envelope de recursos que se prevê alocar para o sector da saúde, consta-se uma **redução no volume de recursos a serem alocados ao sector da saúde**, serão cerca **42,6 mil milhões de meticais contra os 50,6 mil milhões alocados ao sector em 2024**, o que representa uma **queda de 16% comparativamente ao ano transacto**.
- Em termos de proporção, os recursos a serem alocados ao sector da saúde **em percentagem da despesa, excluindo os Encargos Gerais do Estado (EGE), verifica-se uma redução do peso, de 12.7% em 2024 cai para 10.7% em 2025**. Este cenário se agrava quando são **incluídos os EGE, caindo de 10% em 2024 para 8.3% em 2025**.
- O sector da saúde desenhou uma Estratégia de Financiamento do Sector da Saúde que propõe opções a ser implementadas pelo GdM para a melhoria do financiamento da Saúde, estratégia que pode desempenhar um papel fundamental para ultrapassar os actuais desafios do subfinanciamento deste sector.

Tabela 1 - Compromissos sectoriais em Milhões de Meticais e em Percentagem da Despesa Total

	CGE 2024	POP. 2025	CGE 2024	POP. 2025	CGE 2024	POP. 2025
	Em Milhões de MT		Em % da Despesa Total (Ex. EGE)		Em % da Despesa Total (Incluindo EGE)	
Despesa Total	507,092.60	512,749.90				
Despesa Total (Ex. EGE)	400,442.03	389,136.82				
Total Compromissos Sectoriais	151,678.40	176,438.90	37.9%	44.1%	29.9%	34.8%
Educação	87,802.60	83,001.70	21.9%	20.7%	17.3%	16.4%
Saúde	50,692.30	42,653.20	12.7%	10.7%	10.0%	8.4%

Agricultura e Desenvolvimento Rur	13,583.50	50,829.00	3.4%	12.7%	2.7%	10.0%
-----------------------------------	-----------	-----------	------	-------	------	-------

Fonte: Produzido com base nos dados do Proposta de PESOE 2025

- A **despesa pública per capita (por pessoa) no Sector da Saúde não está a acompanhar as reais necessidades de serviços de saúde em Moçambique**. Em 2024, a despesa foi de **USD 23**, sendo que para 2025 prevê-se uma redução para **USD 19**. Os dados apontam que **Moçambique não chegou atingir sequer a metade do orçamento per capita do sector de saúde recomendado pela Organização Mundial da Saúde (USD 86,00 per capita)** para garantir que as pessoas tenham acesso ao pacote de cuidados essenciais de saúde. Ao longo dos anos, o máximo que o país atingiu foi em 2022 no valor de USD 30 per capita, um valor que está abaixo da média de África ([USD 136,99](#)). Em síntese, a **despesa da saúde não está a acompanhar a tendência de crescimento da população (taxa de crescimento da população 2.5% ao ano)**, o que pode comprometer a melhoria da prestação de bens e serviços de como Saúde Sexual e Reprodutiva.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NO SECTOR DA SAÚDE

- Para o exercício económico de 2025, o Plano Economico e Social e Orçamento do Estado apresenta uma previsão de **crescimento das áreas de saúde e acção social (conjunta) em torno de 2,5% face a 2024**, resultante do aumento da cobertura do programa “Criança Completamente Vacinada”, do estabelecimento e apetrechamento das unidades de cuidados intensivos nas unidades sanitárias do País e o aumento da cobertura de partos institucionais.
- Para concretizar esta visão de crescimento, o total de fundos que se espera alocar a **investimentos no sector da saúde é de cerca de 10 mil milhões de Meticais, dos quais cerca 9 mil milhões Meticais são provenientes de financiamento externo**. Estes montantes evidenciam uma **continuidade da dependência externa** para o financiamento dos principais investimentos do sector da saúde. Este volume de investimento **corresponde a aproximadamente 23.8% do total da despesa deste sector e o financiamento aos Cuidados de Saúde Primários absorverá cerca de 83%** do total de recursos dos principais investimentos do sector.
- As previsões da alocação dos principais investimentos apontam que os Cuidados de Saúde Secundários e Terciários vão absorver 7%, **não obstante ao aumento das incidências de doenças não transmissíveis. Assim, o subprograma de Doenças Transmissíveis e não Transmissíveis vai absorver apenas 5% do investimento à semelhança do subprograma de Infra-estrutura de Saúde**, sendo que a menor parcela vai para o subprograma de Gestão e Administração do Sistema de Saúde que vai absorver 2%.

- O país precisa investir mais nos programas e subprogramas de saúde, considerando principalmente o facto de que os agregados familiares canalizam 0,5% do consumo à saúde (IOF, 2022).

Tabela 2 - Principais Projectos de Investimentos do Sector da Saúde

Principais Projectos de Investimentos		Despesas de Investimento (10 ³ MTn)		
		Interno	Externo	Total
Cuidados de Saúde Primários	Formar novos Agentes Polivalentes de Saúde		8,160,120.00	8,160,120.00
	Oferecer o Pacote de Intervenções de Nutrição a crianças menores de 2 anos de Idade		94,775.00	94,775.00
	Disponibilizar medicamentos essenciais nas Unidades Sanitárias (US)	5,316.45	13,433.54	18,749.99
	Aumentar a taxa de utilização de métodos contraceptivos modernos entre mulheres em idade fértil (15-49 anos)		6,375.00	6,375.00
Doenças Transmissíveis e não transmissíveis	Rastrear o cancro do colo do útero		73,768.00	73,768.00
	Manter a 95% ou mais a cobertura de crianças menores de 1 ano completamente vacinadas (CCV)	416,484.90	38,476.56	454,961.46
Cuidados de Saúde Secundários e Terciários	Modernizar os serviços de imagiologia com aparelhos de RX Digitais fixos		511,306.40	511,306.40
	Alocar equipamento médico e mobiliário em (100) unidades sanitárias		205,506.50	205,506.50
Gestão e Administração do Sistema de Saúde	Formar profissionais de saúde (médicos e técnicos) especializados e gestores dos serviços de saúde	111,559.35	79,232.42	190,791.77
Infra-estruturas de Saúde	Equipar Postos Comunitários de Saúde		194,680.00	
	Reequipar Centros de Saúde		300,000.00	300,000.00
Total do Investimento		533,360.70	9,677,673.42	10,016,354.12
Proporção do Investimento		5%	97%	100%

Fonte: Proposta de PESOE 2025

IMPACTO DAS ACÇÕES PREVISTAS

- A Proposta do PESOE prevê a realização de novas admissões somente para alguns sectores, dentre os quais o sector da Saúde, não obstante isso **verifica-se uma queda considerável no número de profissionais de saúde a serem admitidos, de 2023 para 2024 caiu 69% e de 2024 para 2025 prevê-se uma queda de 44%.**
- A OMS recomenda 2,3 profissionais de saúde (médicos, técnicos de saúde e enfermeiros) por 1000 habitantes para garantir a cobertura dos cuidados de saúde primários à população. De acordo com o Anuário Estatístico 2021, Moçambique tinha os seguintes rácios por 100.000 habitantes: 8,4 médicos, 33,4 enfermeiros e 123,8 técnicos de saúde.

Isto significa que Moçambique tinha, em 2021, o equivalente a um rácio de 1,7 profissionais de saúde por 1000 habitantes, ou seja, 0,6 abaixo do recomendado pela OMS, indicando desafios de reforçar os Recursos Humanos do Sistema Nacional de Saúde (SNS).

- Esta redução na contratação de efectivo na saúde coloca em causa a capacidade de resposta da crescente necessidade de aumento de profissionais para fazer face a actual demanda do sector de saúde, num contexto em que as medidas de atracção e retenção de recursos humanos mostram-se pouco sustentáveis.

Figura 1 – Perspectivas de novas admissões de funcionários e agentes do Estado e seu impacto Orçamental

	Efectivo (FAE)			Impacto Orçamental (Milhões MT)		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Educação	5,407	2,909	2,922	1,299	903	903
Ensino Geral	5,155	2,803	2,803	1,221	878	878
Ensino Técnico	67	48	24	25	11	11
Ensino Superior	85	24	15	40	8	8
Formação Profissional	100	34	80	12	6	6
Saúde	4,150	1,294	724	831	394	216
Agricultura (Guardas Florestais)	1,866	455	351	239	109	60
Órgãos de Administração da Justiça	1,068	222	145	132	89	60
Total	12,491	4,880	4,142	2,500	1,495	1,238.6

Fonte: Proposta de PESOE 2025

- A Proposta de PESOE no seu Pilar III - Transformação Social e Demográfica - desenhado com o objectivo de promover o desenvolvimento humano sustentável e equitativo, entre outros pontos, aborda: População e Capital Humano na área da Saúde prevê seguintes acções importantes como é o caso de Formar 1000 novos Agentes Polivalentes de Saúde (APS), oferta de Pacote de Intervenções de Nutrição (PIN) a crianças menores de 2 anos de idade, entre outras.
- Não obstante alguns progressos, o instrumento peca na acção que visa disponibilizar 85% de medicamentos vitais para as principais doenças nas unidades sanitárias. É importante a revisão desta acção no sentido de **garantir o acesso a diversos tipos de medicamentos para populações carenciadas e desfavorecidas**, considerando que os gastos com medicamentos são uma parte substancial das despesas totais com saúde, e este peso pode ser ainda maior para famílias com menor poder económico. Nesse sentido, a disponibilidade do fornecimento de medicamentos pelo serviço público é essencial para a promoção da equidade, uma vez que o **gasto com os medicamentos está entre as principais despesas com saúde entre as famílias moçambicanas¹ e representa um peso enorme**, principalmente, para as famílias com menor poder aquisitivo.

¹ [Observatório Cidadão para Saúde, 2022. Custos Económicos e Sociais na Aquisição de Medicamentos para as Pessoas com Deficiência em Moçambique](#)

- Outro aspecto digno de ressalva está ligado à acção que prevê formar profissionais de saúde (médicos e técnicos) especializados e gestores dos serviços de saúde (55 médicos especialistas, 576 técnicos especializados e 720 gestores dos serviços de saúde), mas **peca em não providenciar insumos médicos para a devida prestação de cuidados de saúde ao paciente e protecção dos profissionais ou provedores**, conforme as reivindicações que vem sendo feitas em forma de greve dos Médicos e Profissionais de Saúde a nível nacional.

RECOMENDAÇÕES

- Melhorar a priorização do sector de saúde para pelo menos 15%, em conformidade com o compromisso de Abuja. O sector de saúde pode captar recursos através de implementação de medidas já discutidas na Estratégia de Financiamento do Sector da Saúde que criam custos não compensados ao sistema de saúde do sector público.
- Assegurar na execução do orçamento do sector da saúde, no mínimo consiga manter o peso inicialmente previsto.
- Aumentar os recursos do sector de saúde e refletir sobre a sustentabilidade da não priorização do sector na despesa pública, considerando opções anteriores lamentavelmente inadequadas. Isso significa redefinir novas prioridades que concorrem para fornecer financiamento diversificado, aumentar o financiamento interno e lidar com a dívida paralisante que Moçambique enfrenta.
- É necessário assegurar sempre um cenário progressivo de melhoria dos indicadores de saúde tendo em conta a maior demanda causada pela pressão do aumento populacional.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Observatório Cidadão para Saúde

Layout: OCS

Director: Jorge Matine

Autor: Rogério Simango

Edição e revisão: António Frades

Pesquisadores: António Frades, António Mathe e Rogério Simango

Cidade de Maputo, Rua do Largo Heróis da Fé nº 148, Coop Telefone: +258 84 421 9506

E-mail: info@observatoriodesaude.org

Website: www.observatoriodesaude.org